



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA E ENSINO SUPERIOR

**Ana Maria Morais Costa**  
**Discente do PPGCS/UFRN**  
**anamorais @uern.br**

**José Willington Germano**  
**Professor do PPGCS/UFRN**  
**wgermano@digicom**

O presente artigo tem por base o recente estudo que realizamos durante o Mestrado em Ciências Sociais (PPGCS/UFRN 2009 – 2011), no qual desenvolvemos a pesquisa sobre a educação para a cidadania na formação dos professores e das professoras da Educação Básica, buscando responder a seguinte questão: O princípio da educação para a cidadania, da educação étnica e racial e de uma cultura de direitos humanos chegará ao estudante da educação básica, sem antes se fazer presente na formação do seu professor e da sua professora no ensino superior? Os resultados obtidos são parte da dissertação por nós defendida intitulada: **Educação para a Cidadania e Ensino Superior**.

Alguns estudos preliminares durante o processo de construção da pesquisa, Covre (2001); Dagnino (1994, 2006); Germano (1997, 2006); Gohn (1994, 1995, 1997, 1998, 2000, 2007, 2008, 2009, 2010); Honneth (2001); Laniado (2008); Pinsky (2003); Santos (1996, 2002, 2003, 2006); Scherer-Warren (1993); Torres (2003) e Toscano (2006) levaram-nos à compreensão de que uma perspectiva de educação para a cidadania na educação básica deveria fortalecer os processos e políticas educacionais que se organizaram a partir dos temas emergentes e, ao mesmo tempo, estabelecer diálogos com os movimentos sociais e redes de mobilização que protagonizam a vivência e o exercício da cidadania coletiva, construída a partir dos grupos organizados da sociedade civil e tendo como foco central os interesses da coletividade de diversas naturezas.

Desse modo, a educação para a cidadania como princípio fundamental a ser efetivado na educação básica deveria ser construída a partir de uma ruptura com a concepção de cidadania que, com base numa universalidade abstrata, converte-se em



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

*slogans* retóricos, favorecendo o modelo da globalização hegemônica.

Neste sentido, a perspectiva da noção de cidadania para a educação básica poderia fundamentar-se na noção de cidadania coletiva, apoiada nos princípios de democracia e da justiça social e desenvolvida como uma ação sócio-educativa, como um processo social perpassado por uma visão de mundo, de sociedade e de uma época, constituindo-se como prática educativa no âmbito do projeto de globalização contra-hegemônica e alternativa.

Com base nessa compreensão, algumas questões pontuais orientaram o nosso estudo, como meio de consubstanciar a compreensão da problemática, tais como: Qual o espaço para a perspectiva da educação para a cidadania apoiada nos princípios de justiça social e democracia nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Projeto Pedagógico do curso de licenciatura em Ciências Sociais da UERN? Que inter-relações estabelecem a noção de cidadania coletiva apoiada nos princípios de justiça social e democracia com a Educação em Direitos Humanos e a Educação para as Relações Étnicas e Raciais?

Na tentativa de respondê-las, empreendemos reflexões sobre a Educação para a Cidadania e Universidade, *locus* do Ensino Superior, e situamos o estudo empírico, destacando os desafios e as potencialidades da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Observamos, nesta, as iniciativas de pautar sua ação política e pedagógica nas exigências da atual política educacional para o nível de ensino superior. Para isso, analisamos a relação desta com a Educação Básica, refletindo sobre a sua história, com foco no Projeto Pedagógico (PP) do Curso de Ciências Sociais, para discutir a formação cidadã dos futuros profissionais da Educação Básica.

Embora o curso de Ciências Sociais com habilitação em licenciatura da UERN tenha ao longo do seu funcionamento, por mais de quatro décadas, passado por muitas adaptações curriculares, a partir da promulgação da LDB 9.394/1996 torna-se mais consistente a necessidade de uma reformulação mais abrangente. Isso porque a referida Lei “explicita com maior profundidade um quadro escolar a partir da exigência de que a formação de um profissional busque superar as fronteiras disciplinares, capacitando-os para uma participação qualificada na educação básica” (PP – DCS/UERN 2006, p. 5).

Na UERN, somava-se a este fato a oferta, em 1996, da habilitação em bacharelado, a partir da constatação da inserção profissional dos seus egressos no campo das ciências sociais em áreas como planejamento, consultoria, formação e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

assessoria junto a empresas públicas e privadas, organizações não governamentais e governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares. A habilitação em bacharelado responderia à necessidade de se formar um profissional capaz de atuar no campo da pesquisa social, tanto na área acadêmica como na área não acadêmica. “A criação do bacharelado associou-se a uma estratégia de consolidação, em médio prazo, de estruturas de pesquisa no âmbito do departamento de Ciências Sociais” (PP – DCSP/UERN, 2006, p. 5).

É diante dessa perspectiva que é elaborado o Projeto Pedagógico (PP) do curso de Ciências Sociais com habilitação em licenciatura e bacharelado, aprovado pela Resolução n.º 54/1998 – CONSEPE/UERN. Este tinha como princípio entrar em consonância com a LDB 9.394/96 que, no Artigo 12, inciso I, determina: “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, têm a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”.

O atual Projeto Pedagógico, instrumento de análise empírica deste estudo, resulta da reformulação curricular cujo processo de construção foi realizado no período de 2005-2006 e envolveu uma série de discussões que balizaram o esforço conjunto de docentes, discentes e técnico-administrativos lotados no Departamento de Ciências Sociais em torno da reforma curricular, assim como a elaboração final do Projeto. No dizer de Veiga (2008, p. 12-3):

[...] o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova de cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos envolvidos com o processo educativo [...]. O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia a educação, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

As discussões apontaram que a estrutura curricular adotada até então não atendia de forma satisfatória à formação acadêmica dos seus alunos, principalmente no que se referia às condições postas pela atual LDB para o ensino na educação básica.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Desse modo, havia a necessidade de criar um perfil próprio para a licenciatura. Este foi o desafio norteador da construção do PP do Curso de Ciências Sociais. Assim,

O atual projeto busca aprimorar, modernizar e renovar as disciplinas, procurando articular as matérias de formação teórica e metodológica dos núcleos de aprofundamento, o que implicará na atualização das ementas, dando ao aluno uma maior flexibilidade na escolha das disciplinas optativas e eletivas. Este projeto promove uma reformulação na tentativa de criar uma modalidade de licenciatura em Ciências Sociais que apresente uma marca pedagógica na formação. A concepção pedagógica que orienta a seqüência e a distribuição das disciplinas ao longo do curso sofreu algumas alterações no sentido de propiciar uma maior interface das disciplinas de formação específica e complementar com as de formação pedagógica. Outro aspecto novo que o Projeto traz, refere-se ao número de disciplinas consideradas como prática enquanto componente curricular e como estágio curricular. (PP – DCSP/UERN, 2006, p. 5-6).

O projeto Pedagógico (PP – DCSP/UERN, 2006) destaca como principal elemento de inovação as alterações na organização curricular, estruturada a partir dos conteúdos curriculares básicos e direcionados para uma formação pautada pelo estímulo à autonomia intelectual, à capacidade analítica e à formação humanística dos estudantes, possibilitando instrumentos sólidos para uma atuação profissional nas distintas áreas e dinâmicas de atuação do Bacharel e do Licenciado em Ciências Sociais. Com relação à habilitação em licenciatura, o Projeto Pedagógico (2006, p. 17) apresenta sua organização em cinco eixos: formação específica, formação complementar, formação pedagógica, formação livre, estágio curricular e prática de ensino e como condição para o grau de licenciado a integralização de 195 créditos, correspondendo a uma carga horária de 2.925 horas, relativas ao currículo pleno, incluindo as destinadas ao cumprimento de atividades acadêmicas complementares.

Podemos dizer que as alterações propostas na organização curricular cumprem as orientações para a organização dos conteúdos curriculares presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais, tanto no que se refere à carga horária como à organização dos eixos de formação presentes no Parecer CNE/CES 491/2001, de 03 de abril de 2001 – que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Ciências Sociais, ratificado pelo Parecer CNE/CES nº 1363/2001, de 12 de dezembro de 2001, e pela Resolução CNE/CES nº 17/2002, de 13 de março de 2002 (os quais dispõem sobre a orientação e formulação do projeto pedagógico do curso de ciências sociais).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

O currículo será organizado em torno de três eixos: Formação Específica, Formação Complementar e Formação Livre. Esta proposta está ancorada em uma concepção que privilegia a especificidade da formação no curso, reforçando a integração entre as áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia, ao mesmo tempo em que possibilita a abertura para o conhecimento em outras áreas. Recusando a especialização precoce, o que se propõe é o estabelecimento de conjuntos de atividades acadêmicas definidos a partir de temas, linhas de pesquisa, problemas teóricos e sociais relevantes, bem como campos de atuação profissional. [...] No caso da licenciatura, deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam (Parecer CNE/CES 491/2001).

Considerando que o curso dispõe de duas habilitações (a licenciatura e o bacharelado), o Projeto Pedagógico busca demarcar suas diferentes atuações, sem, no entanto, causar uma dicotomia na formação básica, e para isso o perfil do profissional é apresentado em perfil comum e perfil específico.

O perfil comum (PP-DCSP/UERN, 2006, p. 14) expressa um modelo ideal de profissional, com capacidade instalada para construir respostas às mudanças científicas e sociais, através de uma sólida formação teórico-metodológica dos três campos (Antropologia, Sociologia, Ciência Política), capacitando-o com espírito humanístico e responsável, quer na atividade de pesquisa, quer na atividade de ensino, quer na atividade de extensão, sendo necessário que toda atividade desenvolvida durante o curso esteja direta ou indiretamente articulada, convergindo para o perfil desejado.

Com relação ao perfil específico do profissional formado em ciências sociais pela UERN, com habilitação em licenciatura, o Projeto Pedagógico apresenta a compreensão de que se trata de uma formação que exige uma natureza interdisciplinar, promovida pela reflexão integrada de um conjunto de disciplinas de caráter teórico-metodológico que integram as três áreas básicas de domínio específico: Antropologia, Ciência Política e Sociologia que, por sua vez, exigem um diálogo com áreas de domínio conexo: História, Economia, Filosofia e Estatística. Destaca que a interface com a área de Educação amplia o foco interdisciplinar na construção do diálogo pautado pelo compromisso ético e cidadão e por intercâmbios de conceitos e métodos que envolvem o processo ensino-aprendizagem.

Neste contexto, a concepção e a estruturação de escola vigente (planejamentos pedagógicos, conteúdos, currículo, avaliação etc.) devem contribuir para o desencadeamento de reflexões sobre os princípios que



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

regem a escola. O sentido de uma reflexão sobre o processo de socialização do homem, por exemplo, é fundamental na medida em que se trata de um “fenômeno sócio-cultural”, o qual se faz segundo a afirmação de uma identidade positiva, sendo o contexto social o responsável por esse processo de identificação. A escola por sua vez, é um espaço sócio-cultural que imprime no fazer cotidiano, marcas na vida dos sujeitos que dela fazem parte, porque, é nela que as experiências sociais são (re) significadas e (re) elaboradas num devir constante. Do diálogo entre a Educação e as Ciências Sociais, exige-se a criação de novos mecanismos que possam estabelecer respeito pela diferença permitindo ao educando a construção de uma postura mais reflexiva e crítica, o que implicaria na tomada de consciência de que ele próprio é um elemento ativo, dotado de força política e capacidade de transformar pelo exercício pleno de sua cidadania. Por outro lado, tais mudanças dependem da escolha de práticas pedagógicas que atentem e não camuflem quaisquer discriminações, já que a equidade deve se constituir como eixo norteador das relações sócio-educacionais (PP-DCS/UERN, 2006, p. 14-15).

Visualizamos que o Projeto Pedagógico, ao definir os objetivos do curso e o perfil do profissional através das competências e habilidades necessárias, procura dar uma consistência ao currículo, organizando-o de forma integrada, articulado ao conjunto de atividades estruturadas a partir das três grandes áreas de concentração em Ciências Sociais, já nominadas, e do necessário diálogo destas com outras áreas do conhecimento. Desse modo, asseguraria, em sua materialidade, uma sólida formação acadêmica e uma consciência crítica da realidade social, fomentando a capacidade de refletir sobre os problemas presentes no cotidiano da sociedade brasileira e, particularmente, a capacidade de traduzir esse conhecimento em propostas coerentes junto ao Ensino de Sociologia e de outras disciplinas e parâmetros curriculares, conforme as determinações legais para atuação profissional no ensino básico.

Ressalvamos, porém, que, quando falamos de termos e enunciados como “realidade social”; “problemas presentes no cotidiano da sociedade brasileira”; “formação versátil e continuada alicerçada na defesa de valores éticos, da criticidade e da cidadania”; “uma educação mais sólida, mais democrática e mais cidadã”; “compromisso social”; estamos falando também de uma determinada visão de mundo, de homem, de sociedade, de ciência, de educação, formação acadêmica, processo ensino-aprendizagem, desafios contemporâneos etc.

Neste sentido, observamos, no Projeto Pedagógico, uma ausência contextualizada dos desafios que se apresentam no início do Século XXI para as



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Universidades Públicas, sobretudo as que estão situadas no Terceiro Mundo (SANTOS, 2006, 2007; TORRES, 2003), assim como o mesmo também não apresenta uma análise da sociedade brasileira e, particularmente, da Região Nordeste, onde a UERN está inserida, com as singularidades do Estado do RN, com sua defasagem educativa em relação a muitos Estados brasileiros.

Esta ausência é curiosa, na medida em que os desafios vivenciados na primeira década do Século XXI, que pautam o debate educacional, como o acesso e permanência dos estudantes pertencentes a grupos sociais com histórico de desvantagens cumulativas, preconceitos e estereótipos raciais, baixas inclusão social e cultural, dentre outros, relacionados a temas emergentes como reconhecimento, reparação, inclusão, promoção da diversidade etc., estão relacionados com a construção de uma sociedade desigual e com a manutenção política e ideológica das estruturas de desigualdade que, durante séculos, transformaram diferenças de classe, gênero, raça/etnia, região em desigualdades sociais (APPLE, 1982; TORRES, 2003; GIROUX, 1995; BERNSTEIN, 1996).

Tal ausência de contextualização e sua relação com a formação básica em Ciências Sociais, analisamos, acentuam os processos de hegemonia de um modelo de educação e de formação pautada no universalismo abstrato, que fundamenta uma educação para a cidadania esvaziada de seu conteúdo político, desenraizada dos espaços de construção e vivências de sociabilidades pela naturalização das desigualdades sociais como resultado do desenvolvimento das habilidades e potencialidades individuais (COSTA E GERMANO, 2010). Essa ausência fortalece o discurso da pedagogia das competências, que, dentre os seus fundamentos, enaltece a competição e o desenraizamento profissional, contrapondo-se à ideia de uma formação profissional sólida, como propõe o Projeto Pedagógico do curso de Ciências Sociais da UERN, banalizando as conquistas históricas dos segmentos sociais que se materializam na ideia de universidade democrática e socialmente comprometida.

Desse modo, assentimos que o Projeto Pedagógico do curso de Ciências Sociais da UERN, ao definir objetivos, perfil profissional, competências e habilidades, poderia ter avançado mais no propósito de demarcar uma identidade profissional fortalecida pela necessidade de respostas aos desafios que permeiam o debate educacional, beneficiando-se, desse modo, do processo de planejamento como



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

construção coletiva e democrática e como espaço de decisões, que afetará de forma positiva o destino das pessoas que por ele serão influenciadas. Isto porque, no dizer de Freire (2002, p. 10),

Todo o planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem que responder às marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança. Às vezes, preservando determinadas formas de cultura. Outras, interferindo no processo histórico, instrumentalmente. De qualquer modo, para ser autêntico, é necessário ao processo educativo que se ponha em relação de organicidade com a textura da sociedade a que se aplica.

Porém, reconhecemos que a atual estrutura curricular representa um esforço do Departamento de Ciências Sociais da UERN em responder às orientações da atual política educacional para os cursos de licenciatura, observando as necessidades apontadas pelo processo de construção do Projeto Pedagógico, tanto no sentido da área de interesse dos docentes em linhas de pesquisas e aprofundamento de estudos e pesquisas como do aprofundamento de áreas necessárias à formação identificadas pelos discentes.

Neste sentido compreendemos que, a Prática de Ensino como componente curricular e eixo estruturante da formação docente é uma resposta ao desafio de promover uma formação fundada na unidade teoria e prática e na concepção da pesquisa como princípio educativo. Desse modo, o Estágio Curricular é concebido como prática de ensino e como componente curricular que possibilita a vivência do ensino como atividade investigativa numa reflexão crítica e num processo simultâneo e interdependente do diálogo ação-reflexão-ação (FREIRE, 1983).

Como partes interdependentes e complementares encontram-se os laboratórios de ensino como espaço de diálogo, pelos quais perpassam o processo formativo ao longo do curso de licenciatura, numa relação efetiva da formação específica nas três áreas do curso (antropologia, ciência política e sociologia), exercício profissional e espaço de trabalho.

Na prática, a vivência dos laboratórios de ensino deveria compreender o processo de conhecimento do funcionamento e organização do espaço escolar. Envolve pesquisa sobre as condições sócio-econômico-culturais de familiares e de alunos de escolas do ensino fundamental e médio e o conhecimento do Projeto Político e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Pedagógico das escolas, dos processos de elaboração do planejamento, das práticas pedagógicas no ensino de temas transversais, do ensino de sociologia, da cultura do Rio Grande do Norte, dentre outras disciplinas compreendidas no domínio da ação docente do licenciado em Ciências Sociais. É também o espaço para, com base nos conhecimentos adquiridos, ser realizada a análise e elaboração do material didático-pedagógico sobre os temas transversais no ensino fundamental, ensino de sociologia, cultura do Rio Grande do Norte, Ética e Cidadania entre outros.

Nesta perspectiva, a prática como componente curricular é uma prática formadora processual, interdisciplinar e coletiva, pois deveria promover o diálogo dos estudantes entre si, com a equipe docente do curso, com os profissionais do ensino fundamental e estudantes das escolas – ambiente de formação e de vivência do Estágio Curricular Supervisionado, possibilitando que as diferentes dimensões do fenômeno educativo sejam trabalhadas como conteúdo da formação docente.

A apresentação de um rol de disciplinas optativas que complementam a formação específica, fortalecendo as áreas de concentração, corrobora para uma organização mais coesa de cada área e uma ampla possibilidade de inclusão de importantes temáticas, para nós imprescindíveis, para a formação cidadã, o que ocorre também por meio da definição de atividades de formação complementar para fins de integralização curricular.

Consideramos que a oferta de disciplinas optativas e a regulamentação de atividades de formação complementar são passos importantes na garantia de um espaço que possibilite a formação cidadã, porém vale salientar que a viabilização das atividades de formação complementar, assim como das disciplinas optativas e de uma efetiva política de extensão, depende, em grande medida, da flexibilidade curricular, esta compreendida pelo PP-DCS/UERN (2006):

A flexibilização curricular será garantida através da oferta de disciplinas complementares optativas em maior quantidade que a prevista para o período. No 7º período serão oferecidas três disciplinas e no 8º duas disciplinas optativas; o estudante poderá optar por disciplinas da modalidade bacharelado ou disciplinas de outros cursos da UERN que contribuam para a sua formação (p. 71).

Na análise do quadro de disciplinas optativas e das temáticas dos laboratórios de ensino, constatamos a presença de importantes temas de formação cidadã, porém os



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

documentos analisados não possibilitam a verificação da implementação das mesmas. Nos quadros de distribuição de disciplinas do quadriênio 2007 a 2010 – tempo mínimo correspondente à duração do curso, não comprovamos, por exemplo, que disciplinas foram ofertadas como optativas, porque, nos referidos quadros, constam apenas como: optativa I, II, III, IV etc., sendo que em alguns quadros estavam definidos como tópicos especiais relacionados às disciplinas inerentes as áreas de formação básica do curso.

Isso ocorre, talvez, porque na maioria dos casos as disciplinas são ofertadas a partir do interesse de estudo/pesquisa dos docentes e as temáticas relacionadas aos direitos humanos, etnias, gênero, multiculturalismo, educação cidadã, movimentos sociais têm uma presença muito tímida como objeto de pesquisa dos docentes, embora o caráter de transversalidade e as áreas de pesquisa definidas pelo Departamento de Ciências Sociais da UERN permitam que estas sejam contempladas, conforme o exposto:

As áreas de estudo e pesquisa do Departamento de Ciências Sociais abarcam um leque temático amplo suficiente para garantir a multidisciplinaridade do curso de Ciências Sociais. Destacam-se as seguintes áreas de concentração:

- a) Desenvolvimento Regional e Meio-Ambiente;
- b) Antropologia das Populações Afro-Brasileiras;
- c) Etnologia Indígena;
- d) Sociologia Urbana;
- e) Etnografia dos Grupos Urbanos;
- f) Cultura Política e Poder Local;
- g) Sociologia Rural;
- h) Estudos dos Conflitos Sociais e da Violência;
- i) Política e Segurança;
- j) Gestão das Cidades e Políticas Públicas no Brasil (PP-DCS/UERN, 2006, p. 75).

Registramos que nas áreas de estudo e pesquisa definidas pelo DCS/UERN há também uma ausência de temáticas que contemplem de modo mais direto a perspectiva da educação para a cidadania, assim como pesquisas relacionadas à educação e os desafios que envolvem o processo ensino-aprendizagem em todos os níveis de escolarização.

A nosso ver, é possível que esta ausência esteja relacionada com alguns aspectos da política de capacitação docente definida pelo DCS, e que nesta não haja o direcionamento para temáticas fundamentais à atuação nos cursos de licenciatura. Porém, tal aspecto não se encontra sistematizado no atual Projeto Pedagógico, de modo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

que não nos foi possível fazer esta análise, na qual poderíamos situar, no contexto das agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação, se há ou não linhas de financiamento que motivem o estudo de temáticas direcionadas à Educação para a Cidadania no Ensino Superior como pressuposto da sua obrigatoriedade na Educação Básica.

Desse modo, a lacuna que se apresenta não possibilita afirmar que a ausência dessas temáticas como disciplinas optativas e/ou como formação complementar, como projetos de extensão e eventos acadêmicos, esteja relacionada com a ausência das mesmas na formação docente.

Com relação à área de extensão, na nossa compreensão potencialmente educativa, na perspectiva da cidadania coletiva, da justiça social e da democracia, tal área também está relacionada ao interesse dos docentes e ao seu engajamento político, gerando descontinuidade com o afastamento destes para a capacitação docente ou desligamento em função da participação em concurso público em outras Instituições de Ensino Superior (IES). Não há uma política de extensão, compreendida como programa, projetos, cursos e eventos, desenvolvida pelo DCS/UERN, com caráter permanente e como eixo estruturante de formação cidadã e de diálogo com o seu entorno acadêmico e social, na perspectiva de um novo paradigma de universidade, de sociedade e de cidadania (TOSCANO, 2006).

A respeito da política de extensão, o PP-DCS/UERN (2006) reafirma a sua importância, porém destaca:

Quanto à extensão é urgente a redefinição da compreensão que tem prevalecido no âmbito da UERN, a qual é pensada e executada pela Pró-Reitoria de Extensão, quase sempre sem continuidade, com graus variados de improvisações e centralizadas sem levar em consideração as especificidades extensionistas das diversas áreas de conhecimento. Portanto, faz-se necessário que cada departamento elabore e execute sua política de extensão que deve ser articulada com a totalidade de seu projeto pedagógico (PP-DCS/UERN, 2006, p. 78).

Percebemos aqui um distanciamento na concepção de extensão presente no Projeto Pedagógico do curso de Ciências Sociais com a LDB 9.394/1996, que destaca a extensão como condição para estruturar e viabilizar um currículo dinâmico e flexível, no qual a interdisciplinaridade e a participação do estudante são fundamentais à formação crítica e investigativa, como mecanismo de formação de profissionais cidadãos e como espaço para a vivência de atividades complementares. Este



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

distanciamento do PP/DCS (2006) também se revela com relação ao PDI/UERN (2008), que destaca:

Pautada pelo reconhecimento institucional, pela evolução das políticas públicas e pelo amadurecimento da prática acadêmica no interior da instituição, a extensão na UERN ampliou seus conceitos e intensificou o debate interno em torno dela. Em sintonia com o Plano Nacional de Extensão, a UERN acatou a definição das áreas temáticas norteadoras das atividades de extensão [...]. Executadas segundo eixos temáticos e projetos interdisciplinares. As atividades possibilitam diversas interfaces e interações temáticas. Como resultado da conformação desse novo momento, a instituição aprimorou instrumentos de valorização da extensão como componente acadêmico. Desse modo, ela se faz presente na maioria dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação, com a correspondente creditação. As atividades extensionistas cada vez mais se organizam em projetos a partir de temáticas relacionadas à vocação do curso e ao perfil dos formandos, envolvendo, na sua execução, docentes, discentes, técnicos administrativos e a comunidade-alvo (PDI/UERN, 2008, p. 62).

A nosso ver, a ausência de temas de formação cidadã nas pesquisas e estudos dos docentes reflete-se na ausência da oferta de disciplinas optativas, de projetos de extensão e de eventos com foco mais direto na construção da cidadania, de uma cultura de direitos humanos, respeito às diversidades culturais e diferenças sociais, vivência democrática e participação política, e na preocupação com a educação básica, emancipação humana e redução das desigualdades sociais. Essa realidade contrapõe-se às perspectivas promissoras apresentadas pelos documentos de orientação da educação nacional e da ação política e educativa da UERN, como o seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Os documentos analisados nos mostraram que, embora haja potencialidades para a presença de uma perspectiva de educação para a cidadania como prática educativa no curso de licenciatura em Ciências Sociais, como por exemplo, a base institucional garantida pelo PDI, os dispositivos Legais da Legislação Educacional fundamentados na LDB 9394/96, como a Lei 10.639/2003 e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, as DCNs para os cursos de licenciatura, que garantem a flexibilização curricular, a formação livre e a formação complementar, tal perspectiva continua como um desafio para a sua efetiva implementação.

Porém, o PP-DCS/UERN pode vir a ser o instrumento que oportunize a superação de dificuldades e construção de respostas aos desafios apresentados, uma vez que é inerente a um Projeto Pedagógico a condição de um olhar aprofundado sobre o



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

próprio espaço de atuação, sobre os compromissos assumidos, com e porque, as atividades necessárias, e as condições instaladas para a realização dessas atividades e concretização de tais objetivos, como bem situa Gadotti (1994, p. 79):

[...] supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em junção da promessa que cada projeto contém [...].

Na nossa compreensão, a educação para a cidadania coletiva, apoiada nos princípios da democracia e da justiça social, encontra espaço na promessa de futuro assumida pelo PP-DCS/UERN (2006, p. 14) com relação à formação do licenciado em Ciências Sociais pela UERN, possibilitando “ser um profissional apto não apenas ao ensino, mas também a inserção crítica, criativa e competente no sistema escolar, e principalmente que construa sua trajetória alicerçada na defesa da ética, dos direitos humanos e da cidadania”.

Há, portanto na UERN condições formais para o desenvolvimento da educação para a cidadania, uma vez que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) principal documento de orientação das atividades acadêmicas, assegura o apoio legal. Porém, a análise do Projeto Pedagógico do curso de Ciências Sociais revelou a necessidade de investimento político e pedagógico para sua inclusão nos cursos de licenciatura, que passa por questões como: papel da universidade na formação docente; que noção de cidadania a universidade deve adotar nos processos de formação; maior aproximação da universidade com a escola pública; planejamento das atividades de formação complementar, laboratórios de ensino e disciplinas optativas, de modo a possibilitar o desenvolvimento de ações direcionadas à temática; ações de extensão como eixo estruturante de formação para e pela cidadania; investimento na capacitação docente com a inserção de temáticas de formação cidadã e questões relacionadas à educação no sentido de construir uma nova mentalidade que supere a cultura, que ainda persiste, de que o desenvolvimento de ações, seja no campo do ensino, da pesquisa ou da extensão que envolva temáticas como direitos humanos, participação, cidadania, diversidade cultural etc., são iniciativas de professores que tenham algum engajamento político.

No curso de Ciências Sociais, o Projeto Pedagógico aponta uma infra-estrutura deficitária para o funcionamento do curso, a política de pesquisa e extensão sem a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

devida presença e o necessário equilíbrio com o ensino, uma tímida e limitada relação com a educação básica, que se resume ao estágio supervisionado, e ausência de interlocuções com os movimentos sociais, ONGs e redes de mobilização.

Desse modo, a presença da formação cidadã efetiva-se por meio de ações pontuais no ensino, na pesquisa e na extensão, por iniciativa individual dos docentes, em meio a um conjunto de ausências instaladas no interior do curso, numa interdependência paralisante no sentido da emancipação social, pois a ausência de temas direcionados à educação para a cidadania nas pesquisas de docentes do ensino superior reflete-se na ausência desta na formação dos estudantes dos cursos de licenciatura e, conseqüentemente, numa possível ausência na sua futura atuação como profissionais da educação básica.

Logicamente a ação educativa não ocorre nesta linearidade, as interações sociais engendram novos arranjos formativos, de modo que temáticas que não estiveram presente na formação superior do profissional da educação básica poderão vir a ser áreas de competente atuação na sua prática docente. Porém, tratando-se da existência de uma política nacional, defendemos que o Estado deve oferecer condições para que esta política seja implementada.

Creemos ser relevante fazer este destaque por dois aspectos que consideramos importantes: o primeiro é que, embora a educação escolar não seja o único meio de acesso à formação cidadã, é um espaço fundamental, pela sua condição de chegar a todas as pessoas que frequentam a escola, e por meio desse espaço formar valores de cidadania como, por exemplo, respeito às diversidades culturais e religiosas, convivência com o outro, identidades plurais e mentalidades democráticas, compromisso social, participação etc.

O segundo aspecto é que a efetivação da educação para a cidadania necessitaria, para a concretização de investimento em pesquisas, de formação docente e incentivo à produção de material pedagógico e didático relacionado aos temas propostos. Sem esse direcionamento a educação para a cidadania no ensino superior e no ensino básico continuará sendo uma iniciativa de professores comprometidos com a redução das desigualdades sociais e construção da democracia. Mas esses não são compromissos da Educação Nacional? Não são preceitos legais instituídos? Parece então paradoxal que uma política educacional que estabeleça tais compromissos não



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

contemple também programas que garantam a sua efetivação, e que para isto dependa de interesses e iniciativas individuais. Tal paradoxo nos parece relevante na compreensão das dificuldades de implementação da perspectiva da educação para a cidadania nos cursos de licenciatura.

## REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. **Conhecimento Oficial**: A educação democrática numa era conservadora. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BERNSTEIN, *Basil*. **A estruturação do discurso pedagógico**: classe, códigos e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

controle, Petropólis: Vozes, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei 9394/96, 20 de dezembro de 1996**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**, Brasília, DF: CNE, 1999.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**: área Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília, DF: CNE, 1999.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 01/2002 de 03 de março de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, 04 de março de 2002.

\_\_\_\_\_, Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 02/2002 de 08 de abril de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores de educação básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 de abril

COSTA, A. M. M. **Educação para a Cidadania e Ensino Superior**. PPGCS/UFRN. Natal: 2011.

COSTA, A. M. M. **Fazendo História**: Formação da juventude e participação política. In: SÁ, V. C. e SANTOS, S. C. M (orgs) Extensão Universitária, juventude e formação: experiências e práticas educativas em espaços não escolares. Mossoró, RN: 2010; pp. 15 – 45.

\_\_\_\_\_. GERMANO. J. W, Sementes do Amanhã: a socialização numa cultura de Direitos Humanos *In*: **Seminário Nacional de Administração Educacional – Reformas do Estado e Políticas Educacionais – Reformas do Estado e Políticas Eduacionais no Brasil: o público e o privado em questão**. Encontro Estadual da Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação – ANPAE. Teresina: EDUFPI, p. 01-12.

\_\_\_\_\_, GERMANO. J. W.; SANTOS, S. C. M. La Belleza de ser un eterno aprendiz: La Educación Ciudadana en el Programa especial de Formación de Profesores PROFORMAÇÃO/UERN. *In* **Congreso Internacional de Pedagogía: Encuentro por la unidad de los educadores**. Universidad de La Habana: Educación Cubana: 2011 p.

\_\_\_\_\_. Aprendiendo y enseñando una nueva lección: La educación ciudadana em El marco de la implementación del Plan Nacional de Educación em Derechos Humanos. *In* **Congreso Internacional de Pedagogía: Encuentro por la unidad de los educadores**. Universidad de La Habana: Educación Cubana: 2011 p



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

\_\_\_\_\_. e SANTOS, S.C.M. **A formação cidadã e a educação em direitos humanos:** perspectivas para a extensão universitária. *In:* Revista Interagir: Pensando a Extensão, nº 13, Rio de Janeiro, UERJ, DEPEXT, 2008, p. 45-51.

\_\_\_\_\_. Aportes teóricos e metodológicos da educação em Direitos Humanos. *In:* **Anais do II Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade**, São Cristóval, 2008, p. 1-10.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DAGNINO. Evelina, A emergência de uma nova cidadania. *In:* DAGNINO. Evelina (org.) **Anos 90 – Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DURHAN.E. Movimentos Sociais e construção da cidadania. *In:* **Novos estudos**, 10, pp 24-30. CEBRAP: 1984.

FRIGOTTO Gaudêncio. **As mudanças Tecnológicas e educação da classe trabalhadora:** politecnicidade, polivalência ou qualificação profissional. *In:* MACHADO, Lucília Regina *et. al.* Trabalho e educação. São Paulo: Papyrus, 1994.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

\_\_\_\_\_, **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a Pedagogia do oprimido, 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia. - saberes necessários à prática educativa**. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou comunicação?**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. (O Mundo Hoje, 24).

\_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler**. 34. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

GERMANO, Jose Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985)**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Globalização alternativa, políticas emancipatórias e solidariedade. *In:* FORMIGA, J. M. M.; CASTRO, J. L.; VILAR, R. L. A. (Org.). **Políticas e Gestão de Saúde**. Natal-RN: Observatório RH/NESC-UFRN: 2006, p. 35-48.

\_\_\_\_\_. Globalização contra – hegemônica, solidariedade e emancipação social, *In:* **Globalizações Alternativas**. CRONOS, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Natal: UFRN; 1997



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

\_\_\_\_\_. Cidadania negada: a educação como instrumento de combate à pobreza no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 52, p. 584-590, 1995.

\_\_\_\_\_. O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 313-332, set./dez. 2008

\_\_\_\_\_. **Lendo e Aprendendo – a Campanha de Pé no Chão**. São Paulo: Cortez, 1982.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos Movimentos Sociais** São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. **O novo associativismo e o Terceiro Setor** In: Serviço Social e Sociedade, nº 58, ano XIX. São Paulo, Cortez, 1998

\_\_\_\_\_. **Mídia, Terceiro Setor e MST**. São Paulo: Loyola, 2000.

\_\_\_\_\_. **Universos da educação não formal**. São Paulo: Itaú Cultural, 2007.

\_\_\_\_\_. **Educação não formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e redes de mobilização no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: vozes, 2010.

HONNETH, Axel. **Democracia como cooperação reflexiva, John Dewey e a teoria democrática hoje**. In: SOUZA, Jessé (org.), Democracia hoje novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: editora UNB, 2001, p. 63 – 91.

LANIADO, Ruthy. As fronteiras da política democrática: a justiça social e as diferentes escalas da ação coletiva participativa. In: MARTINS, Paulo Henrique; MATTOS, Aécio; FONTES, Breno; (org.). **Limites da Democracia**. Recife: UFPE; 2008, p. 109 – 124.

PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Universidade no Século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2006.

---



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

\_\_\_\_\_. (org.) **Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. (org.) **Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** São. Paulo: Loyola; CentroJoão XXIII, 1993.

SOUZA, Aécio Cândido de (org.) **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/UERN,** 2008.

TORRES, Carlos Alberto. **Teoria Crítica e Sociologia Política da Educação.** São Paulo: Cortez, 2003.

TOSCANO, Geovânia da Silva. **Extensão Universitária e Formação cidadã: a UFRN e a UFBA em Ação.** Natal,RN: 2006.

UERN/CONSEPE. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais.** Mossoró, DCS: 2008.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 54/98, **Aprova o Projeto Pedagógico do curso de graduação em Ciências Sociais com habilitação em Bacharelado e Licenciatura,** 26 de novembro de 1998.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 55/98, **Regulamenta a Prática de Ensino do curso de Ciências Sociais,** 25 de novembro de 1998.

VEIGA, I. P. A. (org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas: Papyrus, 2001.

\_\_\_\_\_. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico.** Campinas: Papyrus, 1998.

VIEIRA, Liszt, **Os argonautas da cidadania – A sociedade civil na globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

---